

abuso ameaça grandes males; à Assembléia cumpre evitá-los". Mas a nova Câmara vinha animada de acentuado espírito crítico e, principalmente, ciosa de seu papel, firme na intenção de preservar sua autonomia e ressentida ainda com a dissolução de 1823. Refletia, como a imprensa, os sentimentos da opinião válida no país. Logo de início deu provas disso, quando do reconhecimento de deputados como José Clemente Pereira, Oliveira Álvares e Salvador José Maciel, apontados como absolutistas. Tomaram posse, mas depois de muita discussão e de ouvirem admoestações de extraordinária severidade. A resposta à Fala do Trono, redigida por Martim Francisco, era ativa e mencionava explicitamente o "ministério que havia perdido a confiança pública por contínuas violações da Constituição e da lei, pelo terror incutido da volta do absolutismo".

Ciosa de suas funções, a Câmara fiscalizava, agora, tudo, particularmente os deslizes administrativos: o orçamento do Exército, como o da Marinha, foi minuciosamente discutido. Holanda Cavalcanti declarou que conhecia militares com mais anos de serviço do que de idade; comentou-se a existência de brigadeiros sem brigadas, de corpos pagos mas sem efetivo. Em decisão radical, liquidou o militar mercenário, determinando a exclusão dos estrangeiros que serviam às forças armadas brasileiras. Em meados de setembro, chegava ao Rio a notícia da revolução que derrubara do trono francês Carlos X e dera lugar ao advento de Luís Filipe. A imprensa liberal saudaria o evento com entusiasmo: Evaristo escrevia, na *Aurora Fluminense*, que o ano de 1830 era "o da liberdade, não já na Europa, mas no mundo inteiro"; a *Astréia* saudava a França que "acaba de mostrar como um povo amante de sua liberdade e que por ela tem feito grandes sacrifícios, sabe ostentar a sua dignidade, resistindo ao furor de um governo que (...) supunha ter disposto tudo quanto era mister para fazer reconhecer ao monarca francês como senhor absoluto da vida, das pessoas e da fazenda dos cidadãos franceses. Assim obrará sempre a nação que não souber transigir com os seus tiranos. (...) E oxalá que esta lição sirva tanto aos Povos como aos Governos"⁽⁷⁵⁾. Na Câmara, Bernardo Pereira de Vasconcelos afirmava que "acaba a nação francesa de salvar a liberdade do mundo civilizado", insinuando que, em caso de medidas absolutistas, "persuadirei ao povo para que resista em massa contra toda invasão que houver em dano das suas liberdades e dos seus direitos e também para derribar as cabeças que ainda tentarem sujeitá-lo à escravidão". As referências eram ostensivas.

A arregimentação liberal era evidente: direita e esquerda tendiam à

(75) *Astréia* de 21 de setembro de 1830.